

TERMO DE REFERÊNCIA

COTAÇÃO PRÉVIA DE PREÇO Nº 002/2021

TIPO: MENOR PREÇO

A **União de Mulheres do Município de São Paulo**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº CNPJ 52.805.538/0001-77, associação sem fins lucrativos, com sede na Rua Coração da Europa, 1395 - Bela Vista - em São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 01314-020, Telefone: (11) 99616-2776, torna público, para o conhecimento dos interessados que realizará a cotação prévia de preços para a contratação de pessoa jurídica (empresa) com sede ou filial na região metropolitana de São Paulo para prestação de serviços de elaboração de conteúdo para a publicação do livreto "*Práticas promotoras legais populares: histórias de acolhimento, orientação e acompanhamento de casos*" parte integrante do Projeto **“Fortalecimento de Práticas de Acolhimento, Encaminhamento e Acompanhamento das Promotoras Legais Populares para Casos de Violência contra as Mulheres”**, no âmbito do Convênio Nº 904512/2020, celebrado com a **Secretaria Nacional de Políticas Para Mulheres do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos – MMFDH**.

A presente Cotação Prévia de Preço será regida pelo Decreto nº. 8.726, de 27 de abril de 2016, pela Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016, dos Ministros de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Interino, da Fazenda e da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União e, alterações posteriores.

CALENDÁRIO		
DATA	DESCRIÇÃO	ENDEREÇO E TELEFONE
No período entre 31/08/2021 à 07/09/2021, de segunda a sexta feira, no horário das 13h00 às 17h00.	Dirimir quaisquer dúvidas quanto ao Processo de Contratação	Tel. (11) 99616-2776 ou pelo e-mail: faleconosco@uniaodemulheres.org.br
De 31/08/2021 a 15/09/2021 de segunda a sexta feira, no horário das 13h00 às 17h00.	Recebimento de Propostas	Rua Coração da Europa, 1395 - Bela Vista - São Paulo - SP - CEP: 01314-020 Por e-mail: faleconosco@uniaodemulheres.org.br

Os horários constante desta Cotação Prévia, observam, para todos os efeitos, os horário de Brasília, Distrito Federal.

Fazem parte desta **Cotação Prévia** os documentos abaixo relacionados, os quais seguem anexados na seguinte ordem:

ANEXO I – Modelo de Proposta Comercial;

ANEXO II - Modelo de declaração ME /EPP /MEI;

ANEXO III - Modelo de declaração de inexistência de vínculo empregatício com menores de idade;

ANEXO IV – Minuta do Contrato.

1. OBJETO

Contratação de pessoa jurídica (empresa) com sede ou filial na região metropolitana de São Paulo para prestação de serviços de elaboração de conteúdo para a publicação do livreto "*Práticas promotoras legais populares: histórias de acolhimento, orientação e acompanhamento de casos*" parte integrante do Projeto **“Fortalecimento de Práticas de Acolhimento, Encaminhamento e Acompanhamento das Promotoras Legais Populares para Casos de Violência contra as Mulheres”**.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação visa atender a Meta 1 - Etapa 1, do referido Convênio, conforme consta no Plano de trabalho que acompanham o termo de convênio **SICONV Nº 904512/2020**, celebrado entre a União de Mulheres do Município de São Paulo e a **Secretaria Nacional de Políticas Para Mulheres do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos – MMFDH**.

3. ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

A empresa contratada será responsável pela elaboração do livreto “Práticas promotoras legais populares: histórias de acolhimento, orientação e acompanhamento de casos”, de 96 páginas, formato A5 (fechado), para servir de material de apoio às atividades do projeto de formação popular feminista em direitos e a luta das mulheres pelo direito a uma vida sem violência e os trabalhos realizados pelas promotoras legais populares. A empresa ainda deverá ser responsável pelas seguintes atividades:

- Reuniões com a coordenação do Projeto da União de Mulheres do Município de São Paulo para planejamento dos trabalhos e para estabelecer cronograma de atividades e desenvolvimento das mesmas;
- Coordenação e acompanhamento da produção do livreto “Práticas promotoras legais populares: histórias de acolhimento, orientação e acompanhamento de casos”, de 96 páginas, formato A5 (fechado);
- Recebimento, seleção, edição e revisão de relatos de casos de violência contra as mulheres que foram acolhidos, orientados e acompanhados pelas promotoras legais populares de diferentes cidades para serem inseridos na publicação;
- Pesquisa, redação, edição, consultoria técnica e revisão de conteúdos complementares aos relatos de casos das promotoras legais populares como conceitos, legislação e serviços da rede de enfrentamento à violência contra as mulheres;
- Desenvolvimento do projeto gráfico e diagramação do livreto em formato para impressão gráfica e distribuição digital.

4. DA ENTREGA DA PROPOSTA

4.1 Prazo para entrega das propostas: das 13:00 horas do dia 31 agosto de 2021 até as 17:00 do dia 15 de setembro de 2021.

4.2. A proposta deverá ser entregue digitada em papel timbrado da empresa, não poderá ter emendas, rasuras ou entrelinhas, deverá estar datada, conter nome ou razão social, endereço completo, telefone e e-mail e deverá estar assinada pelo representante legal da empresa. Todos os valores da proposta deverão vir expressos em moeda nacional corrente e com validade não inferior a trinta (30) dias.

4.3. O preço proposto será em moeda corrente nacional, em algarismos, e deverá incluir todos os custos/benefícios, impostos, taxas, tributos e encargos inerentes, seguros, transportes e demais despesas de qualquer natureza incidentes sobre a execução do objeto desta Cotação Prévia.

4.4. Cada proponente deverá apresentar apenas uma proposta comercial.

4.5. A proposta deverá ter prazo mínimo de validade de 30 (trinta) dias, a contar da data de envio. Na ausência de indicação expressa do prazo de validade da proposta, considerar-se-á tacitamente indicado o prazo de 30 (trinta) dias.

4.6. Será de inteira responsabilidade da proponente o valor ofertado, não se levando em consideração reclamações por erros ou equívocos manifestados após o recebimento das propostas.

4.7. A proposta pode ser encaminhada por e-mail: faleconosco@uniaodemulheres.org.br; ou para o endereço: Rua Coração da Europa, 1395 - Bela Vista - São Paulo – SP - CEP: 01314-020.

4.8. Todos os documentos de habilitação poderão ser enviados por e-mail: faleconosco@uniaodemulheres.org.br; ou para o endereço: Rua Coração da Europa, 1395 - Bela Vista - São Paulo - SP - CEP: 01314-020, em cópia simples.

4.9. Para fins de habilitação, deverão ser apresentados os seguintes documentos relativos à regularidade fiscal, habilitação jurídica e qualificação técnica.

4.9.1. Para comprovação da **REGULARIDADE FISCAL**:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;
- b) Prova de regularidade para com as Fazendas Estadual e Municipal, da sede da pessoa jurídica;
- c) Prova de regularidade da Dívida Ativa da União e contribuições previdenciárias: Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014),
- d) Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS.

4.9.1.1. Declarações

- Declaração de microempresa (ME) e empresa de pequeno porte (EPP) visando ao exercício da preferência prevista na Lei Complementar 123 de 14/12/2006, que deverá ser feita de acordo com o modelo **Anexo II** desta cotação prévia, em papel timbrado da concorrente.
- Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º da CF/88, conforme modelo apresentado no anexo do Decreto 4.358 de 05/09/2002, que regulamentou a Lei Federal 9.854, de 24/10/1999, em papel timbrado da concorrente (**Anexo III**).

4.9.2. Para comprovação de **HABILITAÇÃO JURÍDICA**:

Em se tratando de:

- a) Sociedades empresariais: Cópia Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e todos os seus aditivos, devidamente registrados. No caso de sociedade por ações, também os documentos de eleição de seus administradores;
- b) Empresa individual: Cópia do Requerimento de Empresário ou Certidão Simplificada da Junta Comercial;
- c) Empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país: Cópia Ato de registro ou autorização para o funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

4.9.3. Para comprovação da **CAPACIDADE TÉCNICA**:

- Apresentação de no mínimo de 2 (dois) comprovantes de capacidade técnica

- a) Comprovantes de capacidade técnica da empresa, ou sócio, ou funcionário, comprovando a realização de trabalhos de desenvolvimento de conteúdo para cursos, livros, apostilas, materiais impressos, com as temáticas feminismo, gênero, violência de gênero (ex.:

violência doméstica, sexual, assassinato de mulheres), direitos das mulheres (ex.: direitos humanos das mulheres, direitos sexuais e reprodutivos, Lei Maria da Penha, políticas públicas, rede de atendimento), comprovada através de documentação de pelo menos duas entidades ou associações (pessoas jurídicas de direito público ou privado) voltadas para a questão dos direitos das mulheres com as quais tenha realizado projetos.

a.1) Se a documentação for em formato de carta, esta deve estar assinada e informar, necessariamente, além do nome da Instituição e CNPJ, nome, telefone e cargo do responsável pelas informações atestadas e ser emitida em papel timbrado da declarante.

b) Qualificação Requerida do(s) Profissional(is)

A empresa prestadora de serviços deverá apresentar profissionais com a devida qualificação técnica a qual deverá ser comprovada por meio de currículo, documentos, declarações e certificados de experiência no objeto de contratação desta cotação prévia.

Os profissionais devem ter disponibilidade para início imediato, e deverão ser mantida/o durante a vigência do contrato que será de 05 meses. Havendo a necessidade de substituição do profissional, o fato deverá ser comunicado por escrito e acordado entre as partes, com antecedência de 15 (quinze) dias, devendo preencher os requisitos exigidos na contratação e aprovada pelo UNIÃO DE MULHERES DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO.

5. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

Serão desclassificadas as propostas que:

- a) Não atendam às exigências contidas nos itens 1, 3 e 4;
- b) As propostas que não estiverem em consonância com as exigências desta cotação prévia serão desclassificadas, bem como aquelas que tenham cotado preços excessivos, sejam omissas, vagas ou apresentem irregularidades capazes de dificultar o julgamento ou manifestamente inexequíveis;
- c) Ofereçam vantagens ou alternativas não previstas, de interpretação dúbia ou rasuradas, ou ainda, que contrariem no todo ou em parte o presente edital;
- d) A escolha recairá pela proposta que apresentar **MENOR PREÇO**;
- e) Havendo empate entre duas ou mais propostas a classificação será feita por sorteio.
- f) Havendo participação de microempresas e ou empresas de pequeno porte, será assegurado o disposto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar 123;
- g) Em nenhuma hipótese será permitida a apresentação de protocolos, em substituição aos documentos exigidos;
- h) A celebração do contrato de prestação de serviços ficará condicionada à apresentação e à validade dos documentos necessários;
- i) Uma vez analisada a documentação e verificada a regularidade, o representante legal da empresa, será convocado para a assinatura do contrato de prestação de serviços no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a partir da data do chamamento.

j) O resultado da avaliação das propostas será divulgado no site da União de Mulheres do Município de São Paulo : www.uniaodemulheres.org.br.

6. DO PRAZO DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO

A contratada iniciará a prestação destes serviços imediatamente após a assinatura do contrato.

7. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

7.1. O prazo de vigência do contrato será de **5 (Cinco) meses**, podendo ser prorrogado de acordo com o interesse da União de Mulheres do Município de São Paulo.

7.2. No caso do descumprimento do plano de trabalho e de cláusula contratual, de inexecução parcial ou total do objeto do contrato, a União de Mulheres do Município de São Paulo aplicará as sanções estipuladas na Minuta do Contrato, Anexo IV desta Cotação Prévia.

7.3. Sem prejuízo das penalidades previstas nesta Cotação Prévia, a CONTRATANTE poderá inabilitar a participante ou desclassificar a proposta comercial sem que isto gere direitos indenizatórios ou de reembolso, caso tome conhecimento de fato ou circunstância que desabone a idoneidade comercial ou afete a capacidade técnica e jurídica da empresa participante.

8. VALOR DISPONÍVEL PARA O SERVIÇO

Os recursos para custear as despesas descritas neste Termo correrão à conta do convênio nº **904512/2020**, valor de referência desta licitação **R\$ 42.000,00 (Quarenta e Dois Mil reais)**.

9. FORMA DE PAGAMENTO

9.1. O pagamento será efetuado pela União de Mulheres do Município de São Paulo em até 5 (cinco) dias úteis, após a emissão da nota fiscal e a aprovação, pela Diretoria Executiva, dos serviços prestados, através de crédito em nome da CONTRATADA, no banco por esta indicado.

9.2. O prazo de pagamento será interrompido nos casos em que haja necessidade de regularização do documento fiscal, o que será devidamente apontado pela CONTRATANTE.

9.3. Encerrada a interrupção de que trata o parágrafo anterior, fica assegurado à CONTRATANTE o prazo estipulado no *caput* desta cláusula para efetivação do pagamento, contado a partir da cientificação da regularização, sem a cobrança de encargos por parte da CONTRATADA.

10. DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. Para dirimir quaisquer dúvidas, o proponente poderá entrar em contato com a União de Mulheres do Município de São Paulo pelo e-mail: faleconosco@uniaodemulheres.org.br,

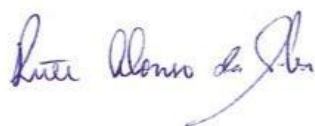
10.2. Esta Cotação Prévia poderá ser:

10.2.1. Anulada, a qualquer tempo, por ilegalidade constatada em qualquer fase do processo;

10.2.2. Revogada, por conveniência e oportunidade da União de Mulheres do Município de São Paulo, em decorrência de motivo superveniente, pertinente e suficiente para justificar o ato;

10.2.3. Adiado, por motivo justificado.

São Paulo, 31 de agosto de 2021.



Rute Alonso da Silva
Presidenta

ANEXO I

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

Cotação Prévia nº: 002/2021

Termo de Fomento nº 904512/2020

Contratação de pessoa jurídica (empresa) com sede ou filial na região metropolitana de São Paulo para prestação de serviços de elaboração de conteúdo para a publicação do livreto "*Práticas promotoras legais populares: histórias de acolhimento, orientação e acompanhamento de casos*" parte integrante do Projeto "**Fortalecimento de Práticas de Acolhimento, Encaminhamento e Acompanhamento das Promotoras Legais Populares para Casos de Violência contra as Mulheres**".

Razão Social da Empresa:

CNPJ nº

Inscrição Estadual:

Inscrição Municipal:

Endereço Completo:

Telefone :

E-mail:

Validade da Proposta (no mínimo 30(trinta) dias)

Representante da Empresa:

Apresentamos nossa proposta para o objeto da solicitação acima mencionada, acatando todas as estipulações consignadas na proposta, conforme abaixo:

Item	Unid.	Período	Especificações	Valor R\$	
				Unitário	Total
01	MÊS	5	Elaboração de Conteúdo	R\$	R\$
TOTAL				R\$	

Os preços ofertados têm como referência o mês ____/2021, para pagamento de acordo com as condições fixadas na **Cotação Prévia nº 002/2021**, mantendo-se os descontos fixos e irrevogáveis.

Declaramos que tomamos conhecimento de todas as informações e condições para o cumprimento das obrigações objeto desta solicitação e que atendemos todas as condições exigidas na **Cotação Prévia nº 002/2021**.



Declaramos, ainda, que no preço proposto estão compreendidos e diluídos todos os custos diretos ou indiretos com equipamentos, serviços, mão-de-obra, benefícios, transporte, tributos, encargos sociais e tudo o que for necessário à perfeita e adequada execução do objeto desta cotação.

Nome do representante legal

Assinatura do representante legal

Observação: Utilizar papel timbrado, informando a razão social, o CNPJ e endereço completo da empresa.

ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO ME/EPP/MEI D E C L A R A Ç Ã O

(Nome da empresa), estabelecida na _____, por seu representante legal _____ (nome do representante), nacionalidade, estado civil, profissão, RG, CPF, endereço domiciliar, declara, sob as penas da lei penal e civil, que a ora declarante está classificada como Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte – EPP ou Microempreendedor Individual - MEI, perante (Receita Federal e/ou Secretaria da Fazenda do Estado), comprometendo-se ainda a informar caso deixe de ser enquadrada na condição de Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte – EPP ou Microempreendedor Individual – MEI, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e do Decreto Federal 6.204/2007.

Local e data.

(Nome e assinatura do responsável)

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO COM MENORES DE IDADE

DECLARAÇÃO

....., inscrita no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, regulamentada pelo Decreto nº. 4.358, de 05 de setembro de 2002, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz () .

Local e data

(Nome e assinatura do responsável)

Observações: se a empresa possuir maiores de 14 anos aprendizes deverá declarar essa condição

ANEXO IV

CONTRATO nº 00X/2021

TERMO DE CONTRATO QUE CELEBRAM A UNIÃO DE MULHERES DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, COMO CONTRATANTE, E COMO CONTRATADA, A EMPRESA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE CONTEÚDO DO LIVRETO *Práticas promotoras legais populares: histórias de acolhimento, orientação e acompanhamento de casos*" parte integrante DO PROJETO.

Pelo presente Termo de Contrato a UNIÃO DE MULHERES DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, como CONTRATANTE, associação sem fins lucrativos, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 52.805.538/0001-77, com sede nesta cidade de São Paulo/SP, situada na Rua Coração da Europa, 1395 - Bela Vista - São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 01314-020, neste ato, representada pela sua Presidenta **RUTE ALONSO DA SILVA**, portadora da Cédula de Identidade RG. nº - SSP/SP e inscrita no CPF/MF sob o nº _____, e a **EMPRESA**, como CONTRATADA, estabelecida no endereço, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº/0001-..... neste ato, devidamente representada pelo Sr (a) portadora da Cédula de Identidade RG. nº e inscrito no CPF/MF sob o nº, firmam o presente Contrato que reger-se-á na forma da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, no que couber, no Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, na Portaria Interministerial nº 507, de 24 de novembro de 2011, o edital de cotação prévia nº 001/2015 e seus anexos, os quais passam a integrar o presente instrumento, independentemente de traslados e transcrições, bem como pelas cláusulas e condições abaixo discriminadas

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Contratação de pessoa jurídica (empresa) com sede ou filial na região metropolitana de São Paulo para prestação de serviços de elaboração de conteúdo para a publicação do livreto "*Práticas promotoras legais populares: histórias de acolhimento, orientação e acompanhamento de casos*" parte integrante do Projeto "**Fortalecimento de Práticas de Acolhimento, Encaminhamento e Acompanhamento das Promotoras Legais Populares para Casos de Violência contra as Mulheres**".

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

2.1. Compete à **CONTRATADA**:

- 2.1.1. Participar de reuniões com a coordenação do Projeto da União de Mulheres do Município de São Paulo para planejamento dos trabalhos e para estabelecer cronograma de atividades e desenvolvimento das mesmas;
 - 2.1.2. Coordenar e acompanhar a produção do livreto "*Práticas promotoras legais populares: histórias de acolhimento, orientação e acompanhamento de casos*", de 96 páginas, formato A5 (fechado);
 - 2.1.3. Receber, selecionar, editar e revisar os relatos de casos de violência contra as mulheres que foram acolhidos, orientados e acompanhados pelas promotoras legais populares de diferentes cidades para serem inseridos na publicação;
 - 2.1.4. Pesquisar, redigir, editar, contratar consultoria técnica e revisar conteúdos complementares aos relatos de casos das promotoras legais populares como conceitos, legislação e serviços da rede de enfrentamento à violência contra as mulheres;
 - 2.1.5. Desenvolver o projeto gráfico e diagramação do livreto em formato para impressão gráfica e distribuição digital.
 - 2.1.6. A **CONTRATADA** deverá manter, durante toda a vigência do **CONTRATO**, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação exigidas, inclusive aquelas constantes deste **EDITAL**;
 - 2.1.7. Executar o objeto do contrato de acordo com as diretrizes traçadas pela **CONTRATANTE**, observando:
 - as normas técnicas e posturas legais pertinentes;
 - as condições prejudiciais ao andamento dos trabalhos;
 - consultas à **CONTRATANTE**;
 - respostas às interpelações da fiscalização da **CONTRATANTE** e;
 - outros fatos que, a juízo da **CONTRATANTE**, devam ser objeto de registro.
 - 2.1.8. Responder pelos danos causados à **CONTRATANTE** ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização, ou acompanhamento, pela **CONTRATANTE** da execução do contrato.
 - 2.1.9. Conceder livre acesso aos documentos e registros contábeis da empresa, referentes ao objeto contratado, para os servidores dos órgãos e entidades públicas concedentes e dos órgãos de controle interno e externo, de acordo com o art. 56, da portaria nº 507 de 24 de novembro de 2011.
- 2.2. Compete à **CONTRATANTE**:
- 2.2.1. Fornecer à **CONTRATADA** todos os elementos indispensáveis ao início dos trabalhos;
 - 2.2.2. Esclarecer prontamente, as dúvidas que lhe sejam apresentadas pela contratada;
 - 2.2.3. Expedir, por escrito, as determinações e comunicações dirigidas à **CONTRATADA**;
 - 2.2.4. Autorizar as providências necessárias junto a terceiros;
 - 2.2.5. Acompanhar os trabalhos desde o início até a aceitação definitiva, verificando a perfeita execução dos mesmos e o atendimento das especificações, bem como solucionar os problemas executivos;
 - 2.2.6. Cumprir e exigir o cumprimento das obrigações deste contrato e das disposições legais que as regem.

2.3. A **CONTRATANTE** determinará e a **CONTRATADA** deverá reparar ou corrigir, às suas expensas, no todo ou em parte, as parcelas do serviço que tenham vício, defeitos ou incorreções.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. Pela prestação de serviços objeto deste contrato, a **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** a importância mensal de R\$ XXXXXXXXXXXX (**valor por extenso**), totalizando o valor global de R\$ XXXXXXXXXXXX (**valor por extenso**), conforme apresentada em sua proposta.

3.2. Com base na regular execução do objeto contratual, a **CONTRATADA** apresentará, mensalmente, a respectiva nota fiscal ou documento equivalente, devidamente conferida e aprovada pelo setor competente da **CONTRATANTE**, para que esta efetue o seu pagamento no prazo em até cinco (5) dias, após a aprovação da documentação.

3.3. Os pagamentos serão liberados desde que a execução do objeto tenha sido aceita de forma definitiva, pelo setor competente da **CONTRATANTE**.

3.4. Havendo falhas ou irregularidades na execução dos serviços do objeto, todo e qualquer pagamento devido à **CONTRATADA** permanecerá sustado, até o integral cumprimento da obrigação, sem prejuízo das demais sanções previstas neste Contrato.

3.5. O preço contratado será, a qualquer título, a única e completa remuneração devida à **CONTRATADA**, achando-se compreendidos e diluídos no valor proposto, os tributos, despesas decorrentes de transporte, equipamentos, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas, e tudo o que for necessário à perfeita e adequada prestação de serviços objeto deste contrato.

3.6. O não cumprimento do disposto neste Contrato, em casos fortuitos, devido à força maior, na forma estabelecida no Artigo 393 do Código Civil, não implicará na incidência e aplicação de multas, mediante apresentação de justificativa, por escrito, devidamente aprovada pelo setor técnico da **CONTRATANTE**.

3.7. O preço será fixo, sem quaisquer reajustes ou realinhamentos, somente podendo ser alterado na forma da Lei.

3.8. A **CONTRATANTE** efetuará o pagamento mediante crédito na conta corrente de titularidade da **CONTRATADA** e indicada pela mesma.

CLÁUSULA QUARTA: DOS RECURSOS FINANCEIROS

4.1. As despesas decorrentes da execução do presente contrato serão suportadas com recursos provenientes do **Convênio Nº. 904512/2020**, celebrado com a União, por intermédio da Secretaria Nacional de Políticas Para Mulheres do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos – MMFDH.

CLÁUSULA QUINTA: DA VIGÊNCIA

5.1. O prazo de vigência é de **5 (Cinco) meses**, a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado, aditado e cancelado.

5.2. A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões nas quantidades dos produtos adquiridos de que trata o Edital, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial deste contrato, a critério da **CONTRATANTE**, assinando termo aditivo, no prazo da convocação, sob pena da aplicação das sanções constantes da Lei Federal nº 8.666/93 e suas modificações posteriores.

CLÁUSULA SEXTA: DAS PENALIDADES

6.1. À **CONTRATADA** que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais, conforme o caso, serão aplicadas as seguintes penalidades:

6.1.1. Advertência;

6.1.2. Multa;

6.1.3. Rescisão deste contrato;

6.1.4. Suspensão do direito de licitar junto a União de Mulheres do Município de São Paulo;

6.1.5. Declaração de inidoneidade.

6.2. Será aplicada multa de 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo (30º) dia de atraso, sobre o valor do objeto contratual não fornecido, quando a **CONTRATADA**, sem justa causa, deixar de cumprir, dentro do prazo estabelecido, a obrigação assumida.

6.3. Será aplicada multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor deste contrato, quando a **CONTRATADA**:

6.3.1. Ocasionar, sem justa causa, atraso superior a dez (10) dias no início da prestação dos serviços do objeto contratual;

6.3.2. Prestar informações inexatas ou criar embaraços à fiscalização;

6.3.3. Transferir ou ceder suas obrigações no todo ou em parte, a terceiros;

6.3.4. Cometer faltas reiteradas na prestação dos serviços do objeto contratual.

6.4. Será aplicada uma multa de 10% (dez por cento) sobre o valor deste contrato, quando a **CONTRATADA**:

6.4.1. Deixar de fornecer o objeto contratual;

6.4.2. Praticar por ação ou omissão, qualquer ato, por culpa ou dolo, venha a causar dano à **CONTRATANTE** ou a terceiros independente da obrigação da **CONTRATADA** em reparar os danos causados;

6.4.3. Der causa à rescisão deste contrato.

6.5. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a de outras.

6.6. As importâncias relativas às multas serão pagas pela **CONTRATADA**, após a respectiva notificação, no prazo que lhe for assinalado, sob pena de cobrança administrativa ou judicial, respondendo pelas mesmas a garantia prestada.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA RESCISÃO

7.1. Constitui motivo para a rescisão unilateral e administrativa do presente contrato, independentemente das sanções legais aplicáveis, quando a **CONTRATADA**:

7.1.1. Incorrer em quaisquer dos casos previstos na CLÁUSULA SEXTA deste contrato;

7.1.2. Estiver com a sua falência decretada, solicitar concordata, liquidação ou dissolução, ou falecimento do titular, no caso de firma individual;

7.1.3. Alterar ou modificar sua finalidade ou estrutura, de forma que prejudique a prestação do objeto contratual.

7.2. O presente contrato poderá ser rescindido, pela **CONTRATANTE**, de forma unilateral e administrativa, total ou parcialmente, independentemente de qualquer notificação, judicial ou extrajudicial, sem que, à **CONTRATADA** assista direito a qualquer indenização, mediante a ocorrência de quaisquer das circunstâncias previstas na legislação em vigor.

7.3. A **CONTRATADA**, neste ato, reconhece expressamente, o direito da **CONTRATANTE** em rescindir, no âmbito administrativo, o presente contrato, em conformidade com a legislação vigente.

7.4. A inexecução total ou parcial deste contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em Lei ou regulamento.

CLÁUSULA OITAVA: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1. Toda alteração contratual, deverá ser realizada mediante aditamento.

8.2. Obrigam-se as partes, por si e seus sucessores, pelo fiel cumprimento deste contrato, em todos os seus termos, cláusulas e condições.

8.3. Os casos omissos serão resolvidos pelas normas e princípios que regem esse instrumento e por legislação pertinente.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Fica eleito o foro desta cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir, na esfera judicial, as questões decorrentes do presente contrato e que não sejam solucionadas pelas partes, de modo amigável e no âmbito administrativo, ainda que outro, eventualmente, concorra em competência.



E, pois, assim se achando as partes combinadas, firmam o presente instrumento, impresso somente no anverso, em duas (2) vias de igual teor, conteúdo e forma, na presença das testemunhas abaixo.

São Paulo, xx de xx de 2021.

Rute Alonso da Silva
Presidenta
CONTRATANTE

Nome responsável
Proprietário
CONTRATADA

Testemunhas:

1. _____
Nome
R.G.

2. _____
Nome
R.G.